

Remédio infalível

Saiu nos jornais de ontem, produzida por uma comissão especial formada por parlamentares, representantes do governo e dos hospitais filantrópicos, mais uma receita para tentar melhorar o estado geral dos permanentemente moribundos serviços de saúde pública e de segurança social brasileiros.

As sugestões, que já estão com o presidente Itamar Franco, contêm uma série de medidas muito sensatas, capazes realmente de reduzir os custos dos serviços, de aumentar a arrecadação do sistema sem sobrecarregar mais os trabalhadores e os empresários e de melhorar o atendimento posto à disposição dos clientes, tais como:

— diminuição gradativa, até a extinção total, dos subsídios aos institutos de previdência das estatais;

— aumento da contribuição do servidor público para o Plano de Seguridade Social;

— revisão dos benefícios pagos pela Previdência, como a aposentadoria por tempo de serviço e as aposentadorias especiais (as de parlamentares, juízes e militares, por exemplo);

— extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma fonte permanente de desperdício de recursos públicos e de corrupção;

— unificação em um único ministério dos ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Bem-Estar Social;

— respeito ao cronograma de pagamento dos serviços prestados pelos hospitais conveniados; etc.

Com maior ou menor grau de sensatez, ousadia e criatividade, outros estudos parecidos, seja dentro do governo seja fora dele, já foram produzidos com o mesmo objetivo deste que Itamar prometeu a seus autores analisar. E, podemos dizer dos que conhecemos e já comentamos aqui, todos com condições de produzir um serviço muito melhor do que o oferecido hoje, cujo tenebroso retrato, visível nas filas diárias dos hospitais e ambulatórios, está de corpo inteiro num humilhante documento divulgado

do ontem em todo o mundo pelo Banco Mundial.

Portanto, não é por falta de diagnósticos confiáveis e de receitas corretas que não se resolve o problema da Saúde e da Previdência no Brasil. O problema não é resolvido porque falta coragem política de atacar o grande foco desta infecção, que é o uso político-eleitoreiro que a maioria dos nossos homens públicos faz das verbas do Orçamento e dos empregos — técnicos em teoria — existentes na Saúde e na Previdência. Segundo o economista Phillip Musgrove, do Banco Mundial, se o Brasil não desvisasse 40% dos recursos hoje destinados à saúde para “outros fins” (aqueles que conhecemos...), nosso país poderia reduzir em 20% a ocorrência de doenças e a taxa de mortalidade, para citarmos apenas um dos exemplos mencionados no documento.

Fechar esses “ralos” com uma boa administração na Previdência, na Saúde e no Bem-Estar Social, no entanto, é fechar as torneirinhas eleitorais dos políticos e isso eles já demonstraram várias vezes que não estão dispostos — espontaneamente — a admitir, mesmo que à custa de 20% a mais de mortes e de doenças para a população, especialmente a mais carente. Ou seja, também a saúde pública nacional só muda se houver vontade política suficiente para gritar em alto e bom som, sem meias-palavras e sem tergiversações, os nomes dos que a transformam nesta barafunda que é hoje, e para convocar toda a sociedade brasileira — exausta desta pouca-vergonha — para exigir, no bom senso ou **na marra**, a rigorosa punição dos culpados. A consequência de uma decisão como esta seria a imediata reforma da famosa “mentalidade política” que a impunidade — e nada mais que a impunidade — criou e continua alimentando neste país. Está aí o exemplo da Itália para nos mostrar como se faz isso e que efeito fulminante o bom uso da lei e das penitenciárias produz para remover o entulho que emporcalha a política brasileira e que os conformados gostam de chamar de “cultural”.